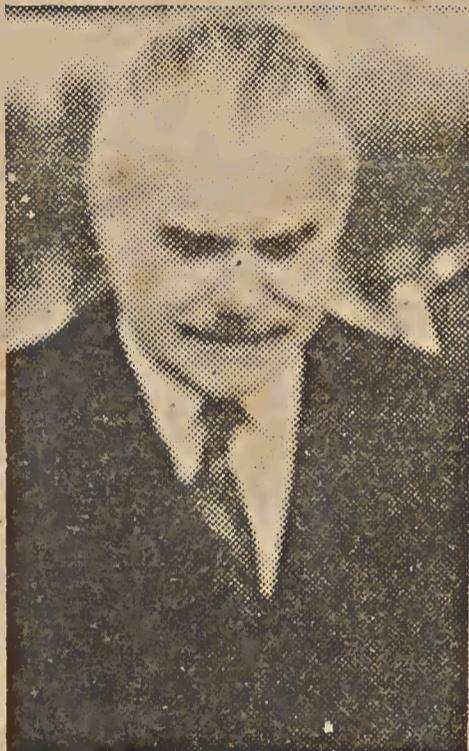




São Paulo



SARNEY DEIXA CAIR A MÁSCARA

Antes de revelar um "racha" entre o presidente Sarney e o PMDB, a escolha do novo ministério aprofunda a opção da Aliança Democrática, na direção de um projeto conservador de governo, identificado com os interesses das classes dominantes.

Pág. 3.



CUT

Com pouco menos de três anos de existência, a CUT se consolida como a grande dirigente da luta dos trabalhadores brasileiros da cidade e do campo.

Pág. 5.



O PT está lançando uma campanha nacional de filiação. Em S. Paulo, a campanha será aberta no próximo dia 1º de março, com a filiação pública de personalidades políticas e sindicais.

Brigada brasileira colhe café na Nicarágua

A maioria entrava num avião pela primeira vez. Percebia-se. Um pouco desajeitados, um pouco assemelhados nas camisetas brancas e lenços vermelhos, todos iguais no mesmo orgulho e seriedade com que enfrentavam a tarefa assumida. Após o Hino Sandinista, que certamente foi ouvido pela primeira vez no aeroporto de Cumbica, e cantando o Hino Nacional Brasileiro, partiram de São Paulo dezesseis dos dezoito integrantes da Primeira Brigada Brasileira para a Colheita de Café na Nicarágua.

Por volta das cinco horas da tarde do dia 17 de janeiro o grupo começou a se reunir, e a relaxar a tensão acumulada durante os meses de duração no processo de organização. Processo que partiu das primeiras discussões, após a solicitação feita pela Juventude Sandinista, sobre o caráter da brigada, definido como o mais amplo, possibilitando a participação de representantes de partidos políticos, entidades de solidariedade e quaisquer outras do movimento popular brasileiro, solidários com a luta do povo nicaraguense contra a agressão norte-americana. Passou pelas dificuldades de comunicação com vários Estados, pela luta de cada um em busca dos recursos para pagamento da passagem (na maioria, financiadas) no valor total de 9 milhões, e por dificuldades para obtenção de visto, principalmente para a Venezuela, primeira escala da viagem, temerosa de que os brigadistas quisessem fugir da nossa miséria para compartilhar a de lá.

Mas, lá se foram eles, enquanto nós que ficávamos, sorriamos por nos sentir representados na batalha que está sendo travada na América Central pela liberdade da América Latina.

Agora, eles estão lá, em alguma região na fronteira norte da Nicarágua. Hoje mesmo terão levantado às 4 horas da manhã, tempo suficiente para esfregar um pouco d'água nos olhos, vestir às pressas as calças de brim azul, presentes em todas as bagagens, e sair ao encontro de tantos outros internacionalistas de vários países que com eles compartilham a honra de trabalhar em defesa do povo irmão nicaraguense. Terão trocado experiências entre si e comido apressados a primeira refeição, onde não deve faltar a **tortilla**.

Botas e capas enlameadas, fruto das constantes chuvas dessa época, às 7h viram os primeiros grãos de café maduro rolarem de suas mãos para o balaio preso à cintura. Enchido o cesto, vão os grãos para os sacos que devem ser carregados montanha abaixo (o café, lá, é plantado em regiões montanhosas). Depois, reiniciou-se a caminhada de volta, e novamente a descida... até o momento do almoço, quando os estômagos vazios e os músculos doídos de tanto subir e descer carregando a responsabilidade de serem nossos representantes, tem encontro com o conforto da **tortilla**, do arroz, do feijão e do descanso breve. E depois... a retomada do trabalho até o anoitecer. Encerrado o trabalho, a possibilidade do banho, sempre em grupo, dada a constante possibilidade de ataque dos bandidos somozistas pagos por Reagan (aqueles que o Estadão chama de "combatentes da liberdade") para combater contra a liberdade.

Uma jornalista da TV perguntou aos



brigadistas, quando soube que pelo trabalho realizado não receberiam nada, ademais da satisfação de prestar

ajuda a um povo irmão em luta, por que não se dispunham a fazer o mesmo serviço aqui no Brasil. Certamente os

latifundiários brasileiros teriam gostado de explorar mais esse contingente de mão-de-obra. E totalmente de graça!

Em março eles estarão de volta. Mas, no ano que vem, tem mais. Assim, ao companheiro gaúcho que não recebeu a herança em tempo, ao companheiro capixaba que não conseguiu enviar os documentos, a todos que só tiveram notícia do envio dos dezoito brigadistas (sete militantes e, pelo menos dois simpatizantes declarados do PT), vamos à luta que a hora é curta.

Agora, eles estão lá. A bandeira da estrela também. E nós podemos sorrir por nos sentirmos representados na batalha que na Nicarágua e em toda a América Central está sendo travada pela liberdade da América Latina.

Safadeza do IPTU não pode passar

O IPTU — Imposto Predial e Territorial Urbano — é mais um problema para os paulistanos, criado pelo prefeito Jânio Quadros, que estabelece que as parcelas sejam reajustadas mensalmente de acordo com as variações da ORTN. O Centro de Defesa da Cidade, organismo criado pela Câmara Municipal de São Paulo, está recebendo contribuintes interessados em recorrer à justiça contra o decreto.

Vários advogados e juristas baseiam seus processos judiciais na inconstitucionalidade do ato do Prefeito, já que nenhum imposto pode ser aumentado durante o exercício financeiro. O contribuinte tem o direito de saber antecipadamente a parcela de seu orçamento

que está comprometida com o pagamento de impostos.

A bancada de vereadores do PT e o Conselho Político da capital encaminharam uma petição judicial ao procurador-geral da Justiça do Estado, Paulo Salvador Frontini, solicitando a intervenção estadual na Prefeitura. Resta esperar as decisões da Justiça para mostrar a Jânio Quadros que ele não pode continuar com suas ingerências autoritárias e nocivas à população paulistana.

O interessante nessa questão do IPTU é a postura de certos dirigentes, vereadores e deputados do PMDB que, em 1984, aprovaram aumento abusivo dos impostos prediais e atualmente se

mostram contra esse mesmo tipo de aumento. Neste sentido, o **PT São Paulo** de março de 1984 trazia uma matéria em que o título era o "IPTU — Aumenta o arrocho". Nessa matéria, o primeiro parágrafo dizia: "Não bastasse as crescentes dificuldades que a população enfrenta com a alta do custo de vida, desemprego e o arrocho salarial, os paulistanos foram surpreendidos no início deste ano com um aumento exagerado do IPTU."

Na época, um estudo dos vereadores do PT apontou erros técnicos cometidos pelo então prefeito Mário Covas, no cálculo do valor de venda dos imóveis que serve de base para estipular o valor do IPTU.

Formação política prepara monitores

A Secretaria de Formação Política está reestruturando suas atividades, para dar conta de todas as demandas que partem dos Diretórios e Núcleos do PT, principalmente nesta etapa em que a campanha eleitoral ainda não esquentou de todo. Aberta à participação geral dos filiados, a SFP recomeçou a atender as solicitações de cursos básicos nos diretórios e sub-regiões, está elaborando um pré-projeto para uma revista teórica do PT e organiza, no momento, um curso para formação de monitores, cuja realização está marcada para os dias 22 e 23 de março, em São Paulo.

Aqui vão algumas informações básicas sobre as atividades da SFP:

1. As inscrições para o curso de for-

mação de monitores (abertas aos diretórios e núcleos da Capital e Interior) devem ser endereçadas à SFP, ou pasadas pelo telefone à sede regional;

2. A responsável pela coordenação dos cursos básicos é a Mônica.

É importante que, antes de solicitar um curso, cada diretório ou núcleo tente arregimentar filiados pelo menos ao nível de sub-região, a fim de facilitar a multiplicação do debate. Uma discussão prévia com a Mônica, ou com outro companheiro da SFP, facilita a montagem do curso, a partir das necessidades detectadas no Diretório distrital ou municipal;

3. A SFP está organizando um calendário para os cursos, tentando adequar

as solicitações dos filiados às disponibilidades de tempo dos monitores, que na sua grande maioria trabalham. A idéia é atender a todos, mas segundo um cronograma pré-estabelecido de comum acordo;

4. A SFP está em contato permanente com a SFP do Conselho Político da Capital e com a SFP do Diretório Nacional para uma proveitosa troca de experiências e para evitar duplicação de tarefas;

5. Em conjunto com a Secretaria de Organização, já está sendo impresso o caderno "O que é o PT", que pretende contribuir para a integração ao partido de novos filiados.

Rui Falcão

Assinatura do PT São Paulo

Você receberá o nosso jornal durante um semestre em sua casa, além de contribuir para a sua consolidação como órgão de informação do partido no Estado de São Paulo.

Nome

Endereço

nº

Cidade

Estado

CEP

Profissão

Fone

Preço: Cr\$ 15.000 (normal)- Cr\$ 20.000 (solidária). Enviar o pagamento através de cheques nominal ao Partido dos Trabalhadores, Rua Treze de Março, 1038 - Bela Vista São Paulo

EXPEDIENTE

Editor: José Américo Dias
 Secretário de Redação: Gilberto Penha
 Equipe de Edição: Dernal Santos, Sonia Maria Nadalin, Sérgio dos Santos, R. Martin.
 Redação: Fernando Jorge, Marcos de Oliveira, Lígia Maria Cruz, Diógenes Marcelino, Cleide Sanches Rodrigues, Paulo Eleutério, Paulo Costa, Marisa Mello, Maristela Maftei, Sandra Sagrado.
 Fotografia: Tarcísio Faria e Vera Yursis.
 Diagramação: Wilson R. Thomaz
 Revisão: Celso Fonseca
 Ilustração: Guto
 Composto e Impresso: Cia. Editora Joruês - Rua Arthur de Azevedo, 1977 - Fone: 815-4999 - São Paulo.
 Endereço: Rua Santo Amaro, 582 - Bela Vista - São Paulo - Capital.
 Fones: 37-7521, 37-7522.



Ex-peemedebistas no PT já é rotina no interior

No interior do Estado já está virando rotina o ingresso no PT de vereadores e militantes oriundos principalmente do PMDB, descontentes com a prática deste partido, hoje totalmente voltado para os seus compromissos com os setores conservadores da sociedade. Nos últimos meses, nada menos que 15 vereadores eleitos pelo PMDB em 1982 filiaram-se ao PT e, nas últimas semanas, vários outros deram início a entendimentos visando a entrada no partido. Além destes vereadores, deputados estaduais e o próprio prefeito de Bauru, Tuga Angerami, também manifestaram a sua disposição de ingressarem no PT.

Com o objetivo de organizar o processo de entrada no PT de companheiros de outros partidos (há também gente do PSB, PDT e PTB), a Comissão Executiva Estadual tomou duas iniciativas no mês de fevereiro. A primeira delas consistiu de uma reunião no dia primeiro, com a presença de nove dos quinze vereadores que se filiaram recentemente. Na oportunidade, representantes da Executiva — Djalma Bom, presidente; José Dirceu, secretário geral e Silvio Pereira, secretário de organização, —, com a ajuda de Sérgio Renault, da Comissão de Assuntos Municipais, realizaram exposições sobre a experiência parlamentar do PT e suas campanhas políticas no ano de 86, além de um debate sobre a conjuntura nacional. A outra providência da Executiva foi encaminhar aos diretórios uma resolução política, contendo esclarecimentos e orientações, com o objetivo de adotar um procedimento comum em relação ao ingresso de companheiros provenientes de outros partidos.

Resolução

A íntegra da resolução da Comissão Executiva é a seguinte:

“A Comissão Executiva Estadual, em sua reunião ordinária de 3 de fevereiro de 1986, após analisar proposta da Secretaria Geral para que seja adotado um procedimento básico em relação à entrada no PT de ex-filiados de outros partidos, principalmente do PMDB (parlamentares ou não), decidiu encaminhar a todos os diretórios do Estado os seguintes esclarecimentos e orientações:

a) nos últimos seis meses, cerca de 15 parlamentares (vereadores) de outros partidos, principalmente PMDB, já se filiaram ao PT no Estado de São Paulo;

b) no momento discute-se a filiação de vereadores de várias cidades, tais como: Amparo, Campos do Jordão, Araras, Rio Claro, Pirajú, Nova Independência, Bauru, Taubaté, Campinas, Barra Bonita, Embu Guaçu etc;

c) houve pelo menos dois casos em que os vereadores entraram no partido sem antes realizar uma discussão com a Executiva Estadual e com a Secretaria do Interior;

d) que é preciso implementar uma discussão política interna e avaliar cada caso, já que a desagregação do PDS e o desgaste do PMDB deflagraram uma corrida em busca de legendas de outros partidos, inclusive do PT, devido ao crescimento eleitoral e político de nosso partido. Torna-se portanto necessário evitar a qualquer custo que haja um inchaço do PT, realizando filiações de companheiros procedentes

de outros partidos com base em critérios políticos, isto é, precedidos de avaliações dos mesmos com base na prática e na política do PT.

“Com base nestas considerações, a Comissão Executiva Estadual decide:

1) centralizar todas as informações na Secretaria de Organização e Secretaria do Interior, solicitando aos diretórios e vereadores do PT que transmitam a estes organismos todos os dados e contatos que disponham;

2) criar uma comissão composta pela Secretaria Geral, Secretaria de Organização, Secretaria do Interior, Comissão de Assuntos Parlamentares e Liderança da Bancada Estadual para planejar a avaliação e a discussão de cada caso;

3) dar um informe detalhado ao Diretório Regional em sua reunião de 15.02 sobre estas filiações;

4) obrigatoriamente, toda filiação

deste tipo deve ser discutida no diretório municipal e nas sub-regiões, sendo que a Executiva Estadual deverá ser ouvida antes de qualquer encaminhamento local, através da comissão mencionada no item 2;

5) onde o PT não possuir diretório municipal ou comissão provisória, a sub-região e a Secretaria do Interior encaminharão a discussão e a avaliação correspondentes;

6) é conveniente consultar a Secretaria Sindical e a Secretaria de Movimentos Populares no caso de solicitação de ingresso no PT de parlamentares ou lideranças com intervenção no movimento popular e sindical, para que a CUT e outras entidades possam ser consultadas;

7) o Diretório Municipal deve realizar de maneira organizada um trabalho político junto às bases do PMDB descontentes com a atual política desse

partido, informando-as sobre a nossa prática política, além de denunciar o caráter e a prática política atual do PMDB, inclusive publicamente. No caso de parlamentares, o trabalho deve ser feito também junto às suas bases;

8) tomar iniciativa de discutir com o prefeito de Bauru, vereadores e militantes do PMDB, com os deputados Waldir Trigo, Flávio Bierrenbach e Márcio Santili, já que estes, manifestaram recentemente a intenção de ingressar no PT ou de pelo menos abandonar o PMDB.

“O objetivo destes esclarecimentos e orientações é tanto de evitar o perigo de uma política de filiações sem critérios, como **fechamento** do partido a outros setores sociais e políticos comprometidos com a luta dos trabalhadores e que, a partir de agora, desejem abraçar a construção do PT”.

Sarney decide tirar a máscara

Depois de muitas marchas e contra-marchas, puxadas de tapete, segredos de polichinelos, mentidos e desmentidos, o presidente José Sarney anunciou no dia 14 de fevereiro o seu novo ministério. Diante de um PMDB desgastado nas eleições do ano passado e profundamente envolvido na disputa fisiológica de cargos, Sarney não teve dificuldade para manobrar e impor a sua vontade, entregando os ministérios mais importantes para os seus ex-colegas de Arena e PDS. Ulisses Guimarães, o presidente do Congresso e do PMDB, alçado à condição de interlocutor de seu partido junto ao governo, saiu desmoralizado do episódio. Sarney ouviu suas reivindicações de maior participação peemedebista na máquina do governo mas preferiu não levá-las em conta na maioria das vezes, sabedor que era da fragilidade de seu parceiro de Colégio Eleitoral.

Côo a sua experiência política, o velho deputado entendeu que a hora não era para blefes, já que qualquer posição mais dura de sua parte seguramente não seria acompanhada por boa parte dos seus companheiros de direção da bancada federal do PMDB, temerosos em se afastar das benesses do poder.

Afinal, para muitos deles, o raciocínio é essencialmente prático: antes migalhas do que nada.

A predominância de figuras vinculadas ao velho regime e ao ideário conservador não pode ser vista do ponto de vista do número de ministros que um ou outro partido pegou. A Frente Liberal tem apenas cinco ministérios. Mas são eles que controlam a maioria dos recursos financeiros disponíveis nas mãos de ministros de estado, segundo uma pesquisa da revista Veja (635,4 trilhões contra apenas 257 trilhões). Embora revele uma derrota política do PMDB, este fato, contudo, não representa uma mudança fundamental no caráter do governo Sarney. É verdade que o controle dos principais ministérios por personalidades originárias da antiga Arena e do PDS, hoje na Frente Liberal, atribuem uma inequívoca matiz conservadora ao novo ministério, muito mais clara do que aquela que caracterizava o governo Tancredo Neves. Contudo, Sarney apenas aprofundou o curso à direita de seu governo, sacramentou neste ministério o distanciamento cada vez maior do governo com o povo. É falsa a “polarização” criada pela imprensa de que a

perda do espaço pelo PMDB teria proporcionado uma fisionomia conservadora ao governo. Este é um processo que hoje envolve a Aliança Democrática como um todo e, nesta medida, também o PMDB. O ministério da Fazenda, por exemplo, é computado nas contas do PMDB e, no entanto, o ministro Dilson Funaro aplica no país uma política econômica muito distante das aspirações populares.

Num plano político mais geral, o curso à direita da Aliança Democrática — que não começou no dia 14 — corresponde a uma opção feita por seus principais dirigentes, no sentido de atender aos interesses fundamentais das classes dominantes brasileiras, seja no plano da democratização do país, seja no da política econômica. Assim, os choques com os interesses da grande maioria da população serão inevitáveis. Cúmplice desta política, o PMDB queria um ministério mais flexível. Perdeu. Sarney deixou cair a máscara e mirou-se no exemplo de seu passado. Nenhuma surpresa, afinal, para um presidente ilegítimo, produto do conchavo político das elites e sem nenhuma base popular de apoio.

PMDB caiu do cavalo em Diadema

O PT continua aguardando que o Procurador Geral da Justiça do Estado, Dr. Paulo Frontini, se manifeste sobre a fita gravada pelo prefeito de Diadema, Gilson Menezes, de sua conversa com a ex-assessora do Secretário do Planejamento do governo estadual, José Serra, Leila Cristina Dias Vasconcellos. A fita, gravada no dia 1º de novembro de 1985, documenta uma tentativa de suborno do prefeito petista, para que ele, em troca de 600 mil dólares, deixasse o PT e entrasse no PMDB. Depois de apresentar a fita a toda a imprensa paulista em entrevista coletiva, a Comissão Executiva Estadual encaminhou-a ao Procurador Geral do Estado, para as providências jurídicas necessárias. Nesta ocasião, foi divulgada uma nota oficial cujos principais trechos transcrevemos a seguir:

“A Comissão Executiva do Diretório Regional do Partido dos Trabalhadores, reuniu-se ontem (3 de fevereiro), em sua sede, para discutir e encaminhar problemas atinentes às atividades normais de um partido político. Dentre outros, teve a oportunidade de apreciar as acusações feitas pelo prefeito de Diadema, Gilson Menezes, divulgadas pela imprensa, de que sofrera um processo de tentativa de aliciamento por parte do PMDB, para que deixasse o seu partido e ingressasse naquele. No contexto desse processo, aparecem referências a promessas que teriam sido feitas, da execução de obras no Município de Diadema, com liberação de verbas, e, faz-se por igual, alusões a outras vantagens, de caráter estritamente pessoal.

A Comissão Executiva Regional do

PT considera que esses fatos, em parte do domínio público, mesmo porque o prefeito Gilson Menezes liberou uma fita que gravara, de conversas que tivera com uma funcionária da Secretaria do Planejamento do Governo do Estado, a alguns jornalistas e, bem assim, a vereadores de Diadema, merecem ser do conhecimento geral, para que possam obter completo esclarecimento, julgando, o público, a conduta do PMDB na última campanha para prefeito de São Paulo.

No entendimento da Executiva Regional do PT, existem elementos para que a Justiça Estadual, tomando conhecimento dos fatos, possa atuar no sentido de, apuradas as irregularidades ocorrentes, apontar os responsáveis, em justo e regular processo legal”.

Governo não ataca causas da inflação

A taxa de inflação de janeiro marcou novo recorde, ultrapassando as previsões mais pessimistas. As declarações oficiais insistiram em atribuir boa parte dos 16,2% apuradas inicialmente à conjugação de uma série de fatores desfavoráveis.

O principal deles foi a seca na região centro-sul, que precipitou uma alta considerável no preço dos alimentos, seja por falta real dos produtos, seja pela ação nefasta dos especuladores. Ainda segundo as explicações oficiais, a greve dos caminhoneiros teria agravado sensivelmente os efeitos da seca, dificultando a oferta de alimentos em alguns dias e favorecendo a especulação com os preços. O café também recebeu boa parte da culpa, em seus preços, atingindo níveis nunca vistos.

Além destes fatores, janeiro normalmente tende a ter uma taxa de inflação um pouco mais alta. Os técnicos do governo atribuem isto à sazonalidade, que é a tendência de certos fenômenos econômicos se encontrarem mais ou menos em determinadas épocas do ano. O exemplo mais evidente é o da concentração do comércio em dezembro, embora haja vendas em todas os demais meses do ano. O comportamento do IPCA nos últimos anos indica que ele tem sazonalidade 1,3 em janeiro, ou seja, tende a ficar cerca de 30% acima da média.

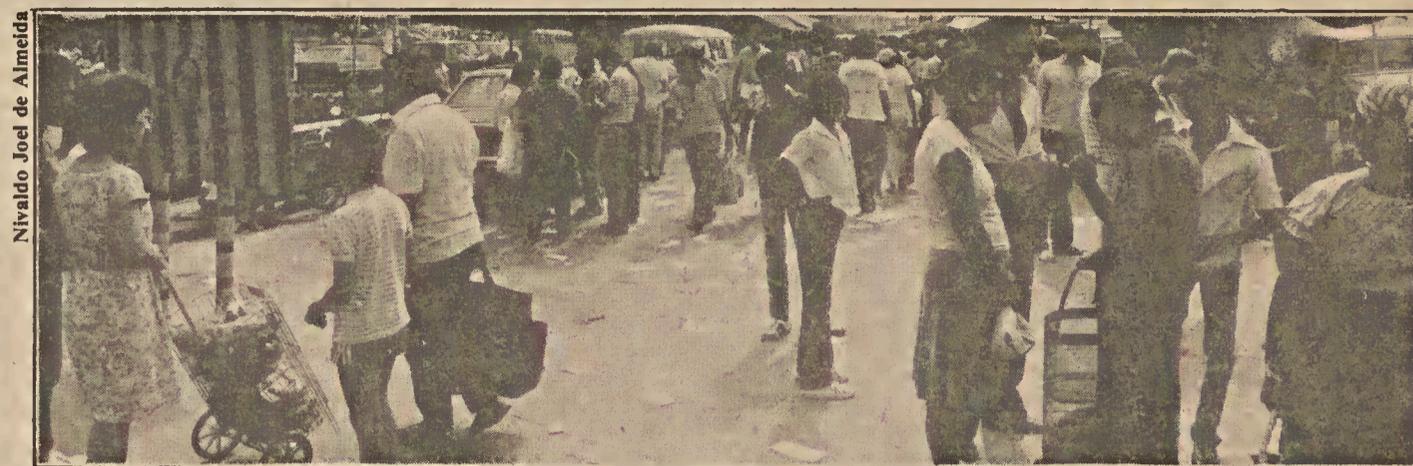
O que não se esclareceu até agora é se esta sazonalidade decorre de fatores estritamente econômicos ou da prática corriqueira dos governos anteriores de segurar os preços no fim do ano, para fechar taxas anuais mais baixas jogando tudo para janeiro. Esta tendência sazonal foi reforçada ainda mais porque neste ano a apuração dos preços em janeiro abrange 35 dias, devido aos ajustes que o IBGE vem fazendo para adaptar o IPCA a seu novo papel de índice único de reajuste para a correção monetária e cambial, aluguéis e salários.

Todos estes fatores apresentados pelo governo aconteceram de fato e têm, sem dúvida, boa parcela de responsabilidade. Segundo algumas simulações matemáticas, sem o efeito deles a taxa teria ficado bem mais baixa, em torno dos 11%, compatível com a média recente. Este argumento pode favorecer a tese difundida pela área econômica do governo de que o resultado de janeiro é excepcional e não chega a configurar uma tendência de alta incontrolável.

Nenhuma Vitória

Mesmo admitindo-se que não se trata de uma explosão e que as taxas vêm de fato a recuar nos próximos meses, uma constatação se impõe claramente: depois de quase um ano de sua posse, o governo não conseguiu nenhuma vitória substancial contra a inflação. Argumentar que a taxa teria ficado em 11% é alegrar-se com a possibilidade de que ela tivesse continuado no nível em que vem desde 1983.

Além de confessar que nada se consegue de expressivo, este argumento esconde os riscos envolvidos. A inflação brasileira tende a se firmar em patamares estáveis durante algum tempo, pu-



Varejões: uma tentativa de fugir da inflação.

lando para níveis mais elevados sob o efeito justamente de fatores acidentais. Foi assim em 1983: depois de permanecer em torno de 100% ao ano desde 1980, a inflação anual foi subindo até atingir os 200%, sob o efeito da quebra da safra provocada pelas enchentes e da maxidesvalorização do cruzeiro em fevereiro daquele ano.

Pode ser, portanto, que os 16,2% de janeiro estejam indicando que a inflação saltou ou vai saltar para um novo patamar — não que ultrapasse 16% todos os meses, mas que atinja algo como 12%, o que daria 300% ao ano. Seria o caos? Não necessariamente. A economia brasileira tem revelado uma capacidade surpreendente de convivência com a inflação, tendo se adaptado a ela. Para isto contribui sem dúvida a existência da correção monetária, que protege os ganhos de capital e torna possível o funcionamento do sistema financeiro, mesmo com a inflação elevada. Fato é que os prejuízos acabam se concentrando essencialmente sobre os salários. Neste sentido, a inflação

do Brasil funcionou eficazmente como um mecanismo de transferência de renda em proveito do capital.

Ainda que a inflação seja hoje um problema comum nos países capitalistas, o caso brasileiro é realmente algo particular, com uma inflação elevada, persistente e que conviveu de diferentes formas com o crescimento econômico. Existem inúmeras teorias para explicar a inflação brasileira e não vamos revê-las aqui.

Governo não ataca

O certo é que o governo não atacou nenhuma das causas essenciais da inflação. Se houve especulação com preços de produtos agrícolas nestes últimos meses devido à seca, é sinal de que o governo não dispunha de estoques reguladores. E, mais grave, de que não estava disposto a atacar de fato os atravessadores e a resolver a questão de abastecimento de forma efetiva.

Do mesmo modo, permanecem à espera de solução os graves problemas fi-

nanceiros do setor público. A rolagem da dívida interna impõe a manutenção dos juros altos e da ciranda financeira. Para continuar pagando aos que enriqueceram com os títulos da dívida pública e para pagar seus credores internos e externos, o governo vai destinar em 1986 mais de um terço do orçamento fiscal — dinheiro suficiente para mudar a vida do povo brasileiro se fosse aplicado em programas sociais. Enquanto se submeter ao pagamento desses compromissos, nenhum governo poderá colocar em ordem suas finanças, nem acabar de fato com a inflação.

E o que foi feito até aqui pelo governo foi justamente procurar arrumar dinheiro para os juros da dívida interna e externa. Apesar de conter alguns aspectos positivos, o "pacote" de novembro passado se destinava sobretudo a arrancar recursos para atender a estes pagamentos. O que não resolve os problemas, pois apenas consegue rolar as dívidas por mais algum tempo.

Carlos Eduardo Carvalho

Muito alarde na negociação da dívida

A última rodada de negociações da dívida externa tem sido apresentada pelo governo como uma grande vitória. Faz-se o maior alarde, e muita propaganda captando o êxito alcançado. Mas é muita agitação por quase nada: o que se conseguiu de fato foi apenas empurrar os problemas com a barriga por mais um ano, além de algumas vantagens que outros países endividados já tinham obtido há tempos, e também mais algumas promessas "bem intencionadas" dos banqueiros.

Uma vitória de fato ao menos parece ter havido: pela primeira vez nestes anos todos o Brasil conseguiu firmar um acordo com seus credores sem ter que apresentar um aval prévio do FMI: as famosas cartas de intenções. Esse tem sido justamente o grande triunfo apresentado, como se esse fato por si só significasse uma profunda mudança nas relações do país com o sistema financeiro internacional.

Os porta-vozes oficiais parecem esquecer de que o governo brasileiro só recorreu formalmente ao FMI em dezembro de 1982. Mas antes disso a sujeição aos credores já existia e já estava em pleno andamento a política recessi-



va de Delfim, bem de acordo com o que ele continuaria fazendo depois de recorrer ao FMI. E também não se deve esquecer que a política expansionista do período de 1968-1973, época do Delfim "milagreiro", também era do agrado dos banqueiros e dos grandes capitalistas internacionais. O FMI na época nem abria o bico e nem por isso o país foi menos espoliado ou os trabalhadores foram menos arrojados.

Não se trata de negar a importância

de livrar-se da tutela do FMI. Não é isso. Abandonar as políticas recessivas que o fundo sempre pretende impor é importante e necessário. Mas não adianta muito fazer isso para continuar aceitando as imposições dos banqueiros internacionais sem a intermediação do FMI. E, afinal, nem se sabe ao certo se o FMI foi posto de lado ou não, pois há alguns dias o presidente do Banco Central, Fernando Bracher, falava da necessidade de manter entendimentos "construtivos" com o Fundo. E dizia isso em reuniões com os banqueiros...

Tirando essa vitória (mesmo que parcial) de se excluir a intermediação do FMI, o que se conseguiu é muito limitado. Os créditos de curto prazo, que já vêm sendo prorrogados há muito tempo, foram mais uma vez assegurados pelos banqueiros até o próximo dia 15 de março, com uma promessa praticamente certa de prorrogá-los por mais um ano, até 15 de março de 1987. Aparentemente os banqueiros decidiram desistir de fazer qualquer pressão mais forte sobre o Brasil em meio ao ano eleitoral, para não fortalecer correntes nacionalistas e populares na constituinte.

15 milhões de trabalhadores na CUT

Durante o 1º Congresso Nacional da Classe Trabalhadora, realizado em agosto de 1983, na cidade de São Bernardo do Campo, foi fundada a CUT, na presença de 5059 delegados de 937 entidades, entre sindicatos e associações, que representavam aproximadamente 12 milhões de trabalhadores. Com quase dois anos e meio de existência, a Central Única dos Trabalhadores encerrou o ano de 1985 tendo participado diretamente de 500 greves realizadas em todos os Estados. Entre elas, a dos metalúrgicos do ABC com a duração de 53 dias — a mais longa da categoria —, a dos metalúrgicos do interior do Estado de São Paulo, que paralisou 400 mil trabalhadores de sete sindicatos, além da campanha salarial unificada dos metalúrgicos, químicos e plásticos que uniu 600 mil trabalhadores.

Hoje a CUT possui 35 regionais e 1250 sindicatos filiados que representam cerca de 15 milhões de trabalhadores; 30 deles aderiram à Central nos meses de setembro, outubro e novembro. Porém, a grande conquista, foi o Sindicato dos Bancários do Rio de Janeiro. Episódio onde ficou claro o embate político entre a CUT e Conclat, por tratar-se de um feudo histórico do PCB.

Sem dúvida um ano importante. Mas a CUT esperava estar com a bola toda em 85? Sim. “A CUT bate aonde sabe que vai ganhar”, diz Domingos Galante Júnior, membro da Executiva Nacional e presidente do Sindicato dos Químicos de São Paulo. O crescimento não era esperado apenas em relação à sua direção, “afinal ela destinou forças suficientes para invadir a base da pelegada e arrancá-la de suas mãos”, afirma.

Esse crescimento também era esperado devido à sua própria política de transcender as questões de natureza sindical e discutir os grandes problemas nacionais, principalmente, a política econômica do governo. De acordo com Galante, a “CUT procurou mostrar o limite da política da burguesia deste governo de transição, inclusive, de forma bastante agressiva”. Uma postura bem diferenciada da Conclat que visivelmente vem perdendo terreno. “Ela acreditou na recuperação da economia, que se resolveria o impasse com o FMI e, entre outras coisas, desenvolveu uma política de reforço ao PMDB a nível de atividade sindical, aceitando o pacto social e esvaziando a luta dos trabalhadores”, comenta Galante. Para isso, boicotou greves, campanhas salariais, os atos públicos contra a dívida externa, deu apoio irrestrito à Constituinte de Sarney, sem esquecer sua ofensiva contra a aprovação da Convenção de 87 da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

CAMPO

No campo, a atuação da CUT também se destacou. Suas críticas e protestos contra o Plano Nacional de Reforma Agrária — “tímido, conservador e retrógrado” — segundo Galante Júnior, lhe trouxe a simpatia de vários sindicatos rurais. A situação nesse setor, inclusive, tem atingido níveis de violência intoleráveis gerados pela grande concentração de terras em poder do latifúndio — 83% das terras pa-



Domingos Galante

ra agricultura. Somente em 85, 220 trabalhadores rurais foram mortos lutando contra a expulsão de suas terras, ou em emboscadas.

A CUT pretende uma reforma agrária sob o controle dos trabalhadores, combater formas de desapropriação, lutar com os pequenos proprietários por uma melhoria nas condições de produção e, finalmente um engajamento profundo no combate à violência. Nesse sentido, para 86, vai denunciar amplamente a violência no campo através de uma campanha nacional.

A questão da reforma agrária é tão significativa dentro do projeto cutista que foi um dos pontos da pauta de reunião da CUT com o ministro do Trabalho Almir Pazzianoto, no início deste mês. Um encontro mantido por iniciativa do próprio governo, após a Central ter solicitado uma audiência com o Presidente da República para 06 de março. Ao total foram seis pontos abordados, os quais foram aprovados pela plenária nacional da CUT, realizada em dezembro de 85 e que fazem parte da Campanha Nacional de Lutas deste ano. São eles: redução da jornada

de trabalho para 40 horas semanais, trimestralidade, salário desemprego, salário mínimo real e congelamento dos gêneros de primeira necessidade.

PAPEL DE DIREÇÃO

“Agora eles reconhecem na CUT a verdadeira direção dos trabalhadores”, diz Galante, achando também que o governo está num profundo impasse e vem procurando formas alternativas de solução. Talvez procurem um pacto social? Impossível. Para Galante Júnior o próprio governo reconhece que é muito difícil de ser concretizado. “O PT tem um papel importante nesse sentido. Como o governo não consegue ter uma base partidária que seja facilmente manipulada pela burguesia, fica inviabilizada uma frente burguesa para o pacto”, analisa.

Apesar de todo o reconhecimento — também por parte da população —, de atualmente ser chamada ao diálogo e do atendimento pessoal ser muito bom, Galante reconhece não serem boas as relações com o governo: “Suas respostas são sempre evasivas, e ele não tem posições claras para o movimento sindical”, reclama.

Fundamentada no fato de que as medidas do governo não acenam por melhorias e animada com os mais de seis milhões de trabalhadores paralisados no ano passado, sem incluir o mês de novembro — segundo dados do Ministério do Trabalho — a CUT intensificará ainda mais sua ação combativa, em 86. “Uma greve geral está em nossos planos, mas sem data definida”, responde Galante. O 1º de Maio, data tradicional de grandes manifestações dos trabalhadores, será comemorado no dia 1º, quinta-feira e não em 28 de abril, a segunda-feira que o antecede. Aproveitará este ano, essencialmente político, para acirrar lutas no campo institucional.

A idéia de se fundar uma central única dos trabalhadores foi discutida em agosto de 1981, durante o Congresso da Praia Grande, São Paulo. Partici-

param do encontro cinco mil delegados, incluindo nessa lista nomes ligados hoje à Conclat, como o do Joaquim. Decidida sua criação para o ano seguinte, entretanto, por razões diversas, foi adiada para 83, contando dessa vez somente com o apoio do PT e de setores ligados a ele, enquanto o PCB e PC do B lutavam contra a sua realização.

Mesmo admitindo vinculações de dirigentes do partido com a CUT, Galante diz que ela não é orgânica, possui apenas a mesma base política. “O partido criou condições para o surgimento da CUT”, observa, acrescentando que a diferença está na natureza da luta: “Na Central ela é apenas política e não ideológica.” “Uma central sindical tem um caminho mais difícil a percorrer, pois não é unipartidária”, diz. Exemplificando, ele cita a filiação de sindicatos da tradicionais redutos do PCB. “Quando se fala do PC estamos nos referindo a um pessoal ideologicamente formado, portanto a opção de filiar-se à CUT não é ideológica. Além disso, o que também acontece é que o PC está sentindo que suas bases estão refluindo, então nada melhor do que se juntar a ela novamente, através da CUT. Nós, da mesma forma, invadimos a base alheia, entretanto, sem ser uma opção ideológica”, explica Galante. Continuando, ele afirma que “se no início o PT foi um ponto de referência à criação da própria central, hoje ele consegue grandes votações onde a CUT dirige a luta. Já existe nestes locais uma preparação anterior feita por nós”.

Além do mais, espera que com o tempo mais pessoas percebam que ela é a única a ter uma proposta classista, e condições de dar uma resposta nacional aos problemas dos trabalhadores. “A unidade das classes será em cima de uma central sindical única, e para isso ela tem que ser mais aguerrida, mais agressiva, não aceitando nada que limite a luta dos trabalhadores”, conclui.

Cleide Sanchez Rodrigues

Um golpe no imposto sindical

Em março deste ano os metalúrgicos de Osasco e Santo André vão ter o imposto sindical obrigatório reduzido em 60%. É que os sindicatos representativos das categorias, nas respectivas cidades, decidiram devolver a parte que lhes cabe nesse imposto.

O imposto sindical é uma contribuição obrigatória, tem o valor de um dia de trabalho do mês de março e é descontado de todo trabalhador, sindicalizado ou não. Ele foi criado em 1943 junto com a CLT — Consolidação das Leis do Trabalho. Do total do imposto sindical, 60% vai para o sindicato do trabalhador, 15% vai para a Federação, 5% para a Confederação e 20% para o Ministério do Trabalho.

Ao longo do tempo, o imposto sindical tem mostrado que vem “financiando” a pelegagem em todos os níveis, pois com a contribuição obrigatória não é necessário um trabalho de base que leve o trabalhador para o sindicato. Além do sindicato se tornar desca-

racterizado de sua função, que é a de defender os interesses do trabalhador. O imposto contribui para uma aparência assistencialista em que médicos, dentistas e outros benefícios, que são deveres do Estado, acabam sendo apresentados como a razão de existir do sindicato.

A extinção do imposto sindical contribui para deixar os sindicatos um pouco mais livres da interferência do Estado. Os próprios trabalhadores associados ao sindicato é que o manterão através do desconto do salário decidido em assembléia pela categoria. Para o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André, Miguel Rupp, “só assim os trabalhadores poderão construir suas verdadeiras representações.”

A CUT apóia a Convenção 87 da Organização Internacional do Trabalho, órgão ligado à ONU, que prescreve a liberdade e a autonomia sindical e tem como uma das principais chaves para essa prescrição a extinção do imposto

sindical. Desde o congresso nacional de março do ano passado, a CUT tem dado apoio a iniciativas que tornem os sindicatos mais autônomos. As CUT's estaduais estão iniciando a convocação de seus sindicatos para discutir a devolução de parte do imposto sindical.

A iniciativa da devolução do imposto sindical tem provocado curiosas “coincidências”. No jornal Folha de São Paulo do dia 23 de janeiro, página 9, aparecem em duas matérias, opiniões sobre a extinção do imposto sindical. Numa delas quem opina é o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, Antonio Rogério Magri que também é da executiva Nacional da CONCLAT. Ele classifica a extinção do imposto sindical de demagógica. Mais abaixo, o coordenador do Grupo 14 da FIESP, Roberto Della Manna falando sobre o mesmo assunto diz que a medida é demagógica. Será coincidência?

Uma escolha democrática dos candidatos a deputado

O Diretório Estadual do PT aprovou em caráter definitivo os critérios e os mecanismos para a escolha dos candidatos proporcionais do partido (deputados estaduais e federais), em reunião realizada no dia 15 de fevereiro último, em São Paulo. O objetivo destes mecanismos é assegurar uma escolha democrática dos candidatos, com a mais ampla participação dos filiados. Assim, o Diretório Estadual sugere que sejam feitas avaliações políticas dos pretendentes, levando em conta a sua atuação no partido e no movimento social. À medida do possível, os militantes devem realizar as suas escolhas, com a preocupação de "pensar" na chapa de candidatos como um todo. Ou seja: empenhar-se para que ela reflita as condições gerais do partido, contendo nomes regionais, mas também companheiros de expressão mais geral, com inserção diferenciada na vida do partido e no movimento social.

Para concretizar estes objetivos, o Diretório Estadual orienta os diretórios municipais e distritais a realizarem debates com ou entre os candidatos a candidatos aos cargos proporcionais. Outra de suas preocupações é que nestes debates, sempre que possível, os filiados procurem se referenciar na experiência acumulada do partido com suas bancadas na Câmara Federal e na Assembleia Legislativa.

Forma de escolha

A indicação dos candidatos foi dividida em três fases pelo Diretório Regional, na resolução que transcrevemos a seguir:

1º PASSO

Objetivo:

Elaboração de uma lista ampla de todos os possíveis candidatos a candidatos:

a) Reunião ampliada dos Diretórios Municipais, C. Provisórias e D. Distritais com direito a voz e voto a todos os filiados presentes (exigência: quorum e Ata discriminando a votação por cada companheiro); **quorum destas reuniões:**

Diretórios: igual ao número de membros efetivos e suplentes dos mesmos.

Comissões Provisórias: igual número de membros efetivos e suplentes (oficial) do Diretório.

Núcleo de Categoria: igual ao total de membros registrados.

b) Indicação aberta até o limite da legislação eleitoral (90 para Câmara dos Deputados e 126 para Assembleia Legislativa).

c) **Data limite:** 10 de março.

d) O Diretório Estadual avaliará a lista global, consultará os indicados e completará a lista, em ordem alfabética, fornecendo uma breve biografia de cada candidato, que será remetida posteriormente aos diretórios.

2º PASSO

Objetivo:

Politizar a escolha dos candidatos do partido:



a) Encontros Municipais e Distritais (06 de Abril) serão indicados candidatos através dos votos dos filiados segundo a tabela abaixo:

Nº DE DELEGADOS PROPORCIONAIS	PODEM SER ESCOLHIDOS ATÉ	CADA FILIADO PODE VOTAR EM ATÉ
01 a 07	04 Estaduais 04 Federais	02 Estaduais 02 Federais
08 a 20	08 Estaduais 08 Federais	04 Estaduais 04 Federais
21 a 40	12 Estaduais 12 Federais	06 Estaduais 06 Federais
41 em diante	16 Estaduais 16 Federais	08 Estaduais 08 Federais

b) Completada a escolha a que os Diretórios têm direito (ver tabela), serão acrescentados à lista os nomes adicionais que obtiveram pelo menos 10% dos votos válidos. Voto válido é toda cédula que tiver inscrito ao menos uma indicação das que o filiado tem direito.

c) A lista de cada diretório (composta pelos 16, 12, 08 ou 04 mais votados)

irá compor a chapa final (enviar ao Diretório Regional a Ata do Encontro contendo as votações obtidas individualmente por cada indicado).

d) O Diretório Regional poderá indicar nomes se a chapa estiver incompleta, até completá-la.

e) Com a chapa completa (ou com mais nomes do que o permitido pela legislação) o Diretório Regional pode indicar até mais 10% do número legal de candidatos (09 federais e 13 estaduais). Todas estas indicações estarão subordinadas à existência de quorum no Diretório Regional e voto de 50% + 1 dos presentes.

f) Terminada a 2ª fase, a Comissão Executiva do Diretório Regional irá tabular e divulgar para todo o partido a lista de candidatos indicados, com o número de indicações que cada um recebeu.

3º PASSO

O Diretório Regional decidiu encaminhar para todo o partido as 04 hipóteses para a formação de nossa chapa, sem entrar no mérito de nenhuma delas. A decisão final dessa etapa se dará até o dia 10 de março.

As quatro hipóteses são:

a) Menos candidatos que o número legal de vagas: chapa única com possibilidade de vetos individuais.

b) Chapa única que resultar do acordo entre os candidatos e articulações, com direito a vetos pelos convencionais.

c) Chapas diferentes, com plataformas, batendo chapas, com garantia do direito de participação àquela que assegure, pelo menos, 10% dos votos.

d) Lista de todos os candidatos, podendo os convencionais votarem em um número "X" de nomes, sendo eleitos os mais votados.

Seminário de organização

Aprofundar o debate sobre uma nova estrutura organizativa do PT, tendo em vista a sua construção como partido democrático e de massas — este é um dos principais objetivos do Seminário de Organização Estadual, que será realizado nos dias 8 e 9 de março próximo, nos períodos da manhã e da tarde. Em sua abertura, às 11h do dia 8, o Seminário contará com a presença de dirigentes e parlamentares e do presidente nacional do PT, Lula.

Para este seminário, os diretórios e núcleos deverão escolher delegados (quatro cada um). Militantes e simpatizantes do PT poderão também participar das discussões, desde que se inscrevam previamente na Secretaria de Organização do Diretório Regional na sede estadual. Serão organizados quatro grupos de trabalho com base nos seguintes temas: 1º) Política de nucleação e filiação; 2º) Regionalização e Descentralização; 3º) Imprensa Partidária e Circulação de Informações; 4º) Movimentos Sociais no partido. Para cada um destes temas haverá um texto base. Será distribuído a partir do final de fevereiro um caderno contendo textos básicos relativos a cada um destes temas.

Plataforma estadual

O PT promoverá nos próximos dias 22 e 23 de fevereiro o seu Seminário de Alternativas Políticas, em oito regiões do Estado de São Paulo. Esta é a primeira etapa do processo de elaboração de um projeto de plataforma política, integrando propostas para o governo estadual com as destinadas à Constituinte Congressual. A segunda fase deste processo está programada para os dias 14, 15 e 16 de março, em São Paulo, quando ocorrerá o Seminário Estadual.

No primeiro dia, cada seminário organizará grupos de trabalho específicos relativos à plataforma estadual e à Constituinte.

No segundo dia do seminário, os grupos vão se distribuir a partir de temas gerais: a) formas de governo e administração e organização administrativa; b) eixos de políticas sociais e econômicas e serviços públicos; c) relação entre a administração e os movimentos sociais; d) papel das instituições de segurança pública (Forças Armadas e polícias). No final, haverá uma plenária de encerramento, com a apresentação dos resultados gerais dos grupos de trabalho.

Veja como anda a escolha do candidato a governador

Dezenas de debates já foram realizados por iniciativas de diretórios e núcleos do partido, com a participação de candidatos a candidato ao cargo de Governo do Estado, em particular de Eduardo Suplicy, Plínio de Arruda Sampaio e José Genoíno. Paralelamente, os diretórios estão realizando reuniões abertas, para a indicação de até cinco nomes de candidatos a governador, vice-governador e até seis para o Senado. O prazo para estas reuniões já havia expirado na segunda semana de fevereiro, mas o Diretório Estadual decidiu prolongá-lo até o dia 10 de março. Após esta dada, os candidatos a candidato serão consultados sobre suas pretensões e, a partir daí, será elaborada uma lista de nomes, a ser novamente remetida aos diretórios e núcleos. Com base nela, e na hipótese de existir mais de um pretendente para cada cargo, será realizada uma prévia consultiva durante os encontros distritais e municipais programados para o dia 6 de abril próximo.

RESULTADOS PARCIAIS

De um total de aproximadamente 190 diretórios em todo o Estado, cerca de 50 enviaram as suas indicações. Os resultados foram os seguintes (até o 10º colocado): **Governador** — 1º) Eduardo Suplicy, com 48 indicações; 2º) Plínio de Arruda Sampaio, 27; 3º) José Genoíno Neto, 20; 4º) Lula, 19; 5º) Jacó Bittar, 17; 6º) Hélio Bicudo, 11; 7º) Jair Meneguelli, 9; 8º) Dalmo Dallari, 6; 9º) Djalma Bom e Marilena Chauí, 5; 10º) José Dirceu, 3. **Vice-governador** — 1º) Jacó Bittar e Luiza Erundina, 26; 2º) Hélio Bicudo, 15; 3º) Djalma Bom e Marilena Chauí, 13; 4º) Luiz Gushiken e Jair Meneguelli, 12; 5º) Plínio Sampaio, 10; 6º) Eduardo Suplicy, 9; 7º) Dalmo Dallari, 7; 8º) Eduardo Jorge e Irma Passoni, 5; 9º) José Genoíno, 4; 10º) Maurício Soares e Irede Cardoso, 3. **Senado** — 1º) Jacó Bittar, 37; 2º) Hélio Bicudo, 32; 3º) Dalmo Dallari, 27; 4º) Lula, 20; 5º) Djalma Bom, 17; 6º) José Genoíno, 16; 7º) Marilena Chauí, 14; 8º) Eduardo Suplicy, 12; 9º) Plínio Sampaio, 10; 10º) José Dirceu, 7.

A votação do PT nas eleições para prefeito de São Paulo, realizadas em 15 de novembro de 1985, registrou um crescimento de 5,55 pontos, se comparada com os resultados obtidos em 1982.

Se analisarmos esses resultados de maneira mais detalhada, e buscando observar o que aconteceu em cada um dos 186 distritos eleitorais em que é dividida a capital, chegaremos à conclusões extremamente importantes para a análise de nosso desempenho e para a elucidação de algumas polêmicas havidas no interior do PT e, mesmo, na luta política da sociedade paulistana como um todo.

Assim, verificamos primeiramente que nossa performance eleitoral variou de um resultado bastante ruim nos bairros de alta classe média, a um resultado bom nos bairros da periferia da Zona Leste e principalmente na Zona Sul. Ficamos abaixo dos 15% dos votos nos seguintes bairros: Cambuci, Aclimação, V. Mariana, Bela Vista, Santa Ifigênia, Pari, Brás, Campos Eliseos, Santa Cecília, Consolação, Vila Buarque, Belém, Moóca, Alto de Pinheiros, V. Madalena, Butantã, Água Branca, Pompéia, Indianópolis, Lapa, Tucuruvi, Santana e Tatuapé. Ficamos abaixo de 12,5% dos votos nos bairros de Cerqueira Cesar, Jd. Paulista, Jd. América, Sé e Bom Retiro. E tivemos nosso pior resultado nos bairros de Higienópolis e Pacaembu, onde ficamos abaixo de 10%.

Em contrapartida, ficamos acima de 27,5% nos bairros de Bortolândia, Pque. Paulistano, Pe. Manoel da Nóbrega, São Mateus, Pq. São Lucas, Sapopemba, V. Califórnia, São João Clímaco, Jd. Pedreira, V. Inglesa, V. Joanisa, J. das Palmas, J. das Rosas, J. São Luis, Jd. Ipê, V. das Belezas, V. Remo, e Piraporinha. Tivemos mais de 30% dos votos nos distritos de José Bonifácio, V. Moraes, J. Miriam, Jd. Sabará, Grajaú, São José, Rio Bonito e Pque. Sta. Amélia. E ficamos com um resultado acima de 35% no distrito de Cidade Satélite Santa Bárbara, onde, aliás, obtivemos o 1º lugar.

Portanto; a primeira conclusão que salta à vista é a do caráter de classe da votação do PT: ela aumenta à medida em que diminui a renda média por habitante do bairro. Podemos verificar facilmente também que não tem nenhum fundamento a afirmação daqueles companheiros que dizem que nossa campanha na tv foi voltada para a classe média! Se o foi, não deu certo, e quem soube entendê-la e assumi-la foi o povão da periferia... e não a classe média!

Se compararmos o resultado eleitoral de 1985 ao que foi obtido na votação para governador de 1982, veremos que, em geral, o PT cresceu. A única exceção é a V. Califórnia, onde caímos de 29,63% (resultado excepcionalmente alto em 1982) para 29, 39%. Uma queda absolutamente insignificante.

Mas como e onde crescemos? Nos bairros de periferia da Zona Leste II e Sul, onde tivemos resultados relativamente altos em 82 e continuamos crescendo, embora com uma taxa de crescimento inferior a 20%. Nos bairros de classe média, e, principalmente, nos de altas rendas, crescemos pouco e continuamos, como vimos, com uma penetração muito limitada. Assim, crescemos a taxas inferiores a 20% nos seguintes distritos: J. Paulista, Consolação, Bela Vista, V. Mariana, V. Mada-

Onde o PT mais cresceu nas eleições para prefeito

Ricardo Azevedo, membro do Diretório Estadual do PT e ex-integrante do Comitê Diretivo Eleitoral de Suplicy e Erundina, analisa neste artigo os resultados das eleições para a prefeitura de São Paulo. Uma de suas principais conclusões é que o PMDB só conseguiu crescer nos bairros de renda mais elevada, enquanto o PT avançou exatamente na direção da periferia, onde disputou votos principalmente com Jânio Quadros.



A campanha do PT atingiu mais o povão do que a classe média.

lena, Perdizes, Pacaembu, Sumaré, Barra Funda, Santa Cecília, J. América, Cerqueira Cesar, V. Buarque, Higienópolis, Santa Ifigênia, Butantã, Pinheiros e Alto de Pinheiros.

Em contrapartida, registramos grande expansão em alguns bairros de periferia e em bairros que tem uma composição mesclada entre setores de baixa classe média e setores proletarizados. Assim, aumentamos em mais de 60% nossa votação nos distritos de Jaçanã, V. Sabrina, V. Mazzei, V. Nivi, V. Nilo, Isolina Mazzei, V. Guilherme, Penha, V. Dalila, V. Esperança, V. Nova Curuçá, V. Formosa, J. Penha, Tatuapé, Cidade Mãe do Céu, V. Ré, V. Carrão, Est. Eng. Goulart, Alto da Moóca, Pe. Manuel da Nóbrega, Gomes Cardim, Chácara Califórnia, Imirim e V. Espanhola. E crescemos mais de 85% nos distritos de V. Matilde, V. Sta. Isabel e José Bonifácio! Ou seja, nesses distritos quase dobramos a nossa votação!

Isso significa que, além de mantermos um índice elevado (e ainda termos um certo crescimento) na periferia da Zona Leste e Sul, o PT incorporou ao seu eleitorado parcelas importantes dos votos da periferia da Zona Norte e de bairros mais antigos da Zona Leste I e cresceu pouco nos bairros de alta classe média. Em termos de nossa estruturação por diretórios, seria importante analisarmos o que ocorreu nos diretórios da Penha, Tatuapé, V. Matilde e Tucuruvi, onde alcançamos nossas maiores taxas de crescimento, a fim de podermos extrair e generalizar as lições dessas experiências bem-sucedidas.

PMDB: um novo partido das elites?

Mas não nos basta analisar nossos resultados. É necessário também verificarmos o que ocorreu com os nossos concorrentes, onde se encontram suas bases sociais e eleitorais.

Começamos pelo PMDB. Seus piores resultados (abaixo de 30%) nas eleições de 1985 estão de maneira geral na periferia da Zona Leste e Norte. Seus melhores resultados estão nos bairros de alta classe média. Assim, o PMDB obteve mais de 45% dos votos nos distritos do: J. Paulista, J. América, Cer-

queira César, Consolação, Higienópolis, Alto de Pinheiros, Perdizes, Real Parque e Santa Cecília.

Porém, o mais importante aqui é analisarmos o movimento do eleitorado em relação ao PMDB. Assim, vemos que o PMDB cresceu mais de 5% em relação a 1982, nos bairros Alto da Boa Vista, Alto de Pinheiros, Aclimação, V. Mariana, Bom Retiro, Cerqueira Cesar, J. Paulista, Indianópolis, Perdizes, Água Branca, Pacaembu, Sta. Cecília, J. América e Higienópolis (aqui ele teve sua maior taxa de crescimento: mais de 15%).

Em contrapartida, o PMDB perde cerca de 1/3 de seus votos em todas as regiões da periferia da Capital. E ele perdeu mais de 35% de seus votos nos distritos de V. Progresso, Est. XV de Novembro, Guaianazes, V. Antonieta, Pque. Paulistano, V. Nova Curuçá, V. Sinhá, Itaim Paulista, J. Pedreira, V. Joanisa, V. das Belezas, V. Sabrina, V. Ede, J. Peri, Parada de Taipas, V. dos Remédios, Perus, Itaberaba, V. Palmeira, Brasilândia e Cruz das Almas (nesses dois últimos ele caiu mais de 40%).

As conclusões são cristalinas. Enquanto na periferia o grande contingente que votou no PMDB em 82, desiludido com os seus governos, vai abandonando esse partido (embora 30% dos votos da periferia ainda sejam do PMDB), ele cresce ao nível das elites, ganhando votos que eram do PDS! E isso, apesar do perfil de Fernando Henrique ser mais à esquerda do que o

de Montoro! Assim, mais importante do que constatar a queda geral do PMDB é verificar o processo de transformação da sua base social, que o caracteriza como um partido que vai deixando de ser uma esperança para o trabalhador e vai se transformando num partido das elites!

O populismo de direita

Se analisarmos a votação da coligação PTB-PFL para a prefeitura de São Paulo, verificamos, em primeiro lugar, que, diferentemente dos votos dos outros partidos, os percentuais obtidos por Jânio Quadros nos bairros de classe média alta não são nem os mais baixos (como no caso do PT) nem os mais altos (como no caso do PMDB). Eles estão situados rigorosamente no meio da tabela.

Assim, Jânio obteve seus melhores resultados (acima de 40%) na Zona Norte (V. Guilherme, V. Sabrina, Isolina Mazzei, Tucuruvi, V. Maria, etc.), na Zona Leste I (Cangaíba, Penha, V. Esperança, V. Prudente, V. Matilde, V. Formosa, entre outros) e na Zona Noroeste (Itaberaba, V. Palmeira, Moinho Velho, V. Santa Maria, V. Espanhola, etc)

Em contrapartida, seus piores resultados (abaixo de 30%) foram obtidos nos distritos de Cidade Satélite de Santa Bárbara, Pque. Santa Amélia, J. Mirim, J. Pedreira, J. Sabará, V. Inglesa, V. Joanisa, J. das Rosas, J. Ipê, Capão Redondo, J. São Luis, V. Remo, Piraporinha, Rio Bonito, Grajaú, São José, J. Arpoador, Real Parque, V. Ester e V. São Francisco, ou seja, basicamente na periferia da Zona Sul.

Assim, se compararmos os resultados obtidos na periferia da Capital pelo PT e por Jânio, veremos que Jânio obtém seus melhores resultados onde nós somos mais fracos e os seus piores resultados onde nós somos mais fortes.

A partir daí, podemos afirmar com segurança que a enorme perda sofrida pelo PMDB na periferia (1/3 de seus votos) causada fundamentalmente pelo descontentamento popular com relação ao governo Montoro, foi capitalizada basicamente por Jânio Quadros (o que lhe garantiu a vitória), mas também em grande parte pelo PT, principalmente onde o movimento popular é mais forte e tem mais tradição de luta.

Finalmente, fica claro que se por alguma desventura cedéssemos ao chamado "voto útil" e retirássemos nossa candidatura, ou se não mantivéssemos uma firme posição de crítica ao PMDB, Jânio Quadros seria eleito com uma porcentagem muito maior de votos, pois, nesse caso, ele apareceria como a única alternativa capaz de canalizar o descontentamento popular.

RESULTADOS DAS ELEIÇÕES 85

% obtido					
CENTRO		Vila Formosa	20,9	Cerqueira César	11,7
Barra Funda	15,2	Vila Matilde	20,65	Indianópolis	13,94
Bela Vista	14,6	Vila Prudente	25,13		
Bom Retiro	11,4	Ermelino		SUL	
Consolação	11,8	Matarazzo	22,8	Capela do Socorro	26,8
Liberdade	15,1	Itaim Paulista	24,4	Parelheiros	29,1
Pari	13,9	Itaquera	25,7	Santo Amaro	24,3
Santa Cecília	13,0	S. Miguel Paulista	22,0		
Sé	12,2	Guaianases	21,7	NOROESTE	
Brás	14,3			Brasilândia	22,0
Santa Efigênia	13,46	SUDOESTE			
LESTE		Butantã	20,9	Casa Verde	17,92
Alto da Mooca	18,4	Ibirapuera	16,0	Limão	19,4
Belenzinho	14,23	Jardim América	11,3	N. Sra. do Ó	19,71
Cangaíba	20,2	Jardim Paulista	11,8	V. N. Cachoeirinha	20,14
Mooca	14,12	Perdizes	13,3	NORTE	
Penha	16,8	Pinheiros	17,0	Santana	17,15
Tatuapé	18,5	Vila Madalena	15,1		
				Tucuruvi	19,06
				Vila Guilherme	18,0
				Vila Maria	16,2
				OESTE	
				Jaguara	23,0
				Pirituba	22,4
				Jaraguá	22,5
				Lapa	15,96
				Perus	23,28
				SUDESTE	
				Aclimação	13,4
				Ipiranga	20,2
				Jabaquara	23,35
				Saúde	21,0
				Vila Mariana	12,8
				Cambuci	14,7

“Senilidade” de Jânio contra marreteiros e idosos

Neste início de ano, a capital paulista vê despontar seu incerto destino nas mãos do novo prefeito Jânio Quadros. As medidas recentemente adotadas por este senhor — entre outras, a repressão a marreteiros, a exigência de atestado de pobreza para o passe livre dos idosos e o aumento dos impostos — ferem os interesses de amplos setores sociais. E, até mesmo, de parcelas da população a quem ele dirigiu muitas de suas promessas e de onde teria recolhido grande parte dos votos que o elegeram, segundo as pesquisas de opinião: setores de baixa renda, idosos e marreteiros. Para alguns jornalistas e políticos mais apressados, estas atitudes de Jânio revelam apenas a sua senilidade ou loucura. Nada mais absurdo! A verdade é que Jânio não realiza um governo voltado às aspirações da maioria dos que votaram nele. Seus compromissos são com os grandes comerciantes, com os donos de empresas de ônibus e industriais de São Paulo, que custearam sua campanha milionária, e não com os marreteiros, os idosos necessitados ou os trabalhadores de baixa renda. O drama destas pessoas — contado a seguir numa série de entrevistas realizadas na cidade pelo PT São Paulo — Jânio Quadros faz questão de ignorar.

Marreteiros

Jânio “limpou” o centro da cidade da “sujeira” representada pelos “marreteiros” (ou camelôs). Mas não “limpou” bem; há, atualmente, uns poucos espalhados pela Praça Patriarca e da Sé, que acham que dessa forma estão ganhando a vida honestamente e que “roubar e fazer outras coisas é pior”.

De modo geral, os marreteiros que resistem com suas banquinhas às ordens do executivo municipal foram profissionais especializados que, vítimas da escassez de empregos, viram-se obrigados a buscar outras formas de sobrevivência.

Wilson de Brito, 38 anos, 5 filhos, até dois anos atrás era serralheiro no Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo. Ao ser despedido não conseguiu encontrar outro emprego e então, foi “marretar” numa banca de óculos (Praça do Patriarca) com mais de 5 ou 6 “pais de família”. Ele disse que a banca “dá pra defender o leite das crianças” e que não tem medo do “rapa”; acrescentando: “tenho medo de meus filhos ficarem passando fome”. Ao fim da entrevista, Wilson perguntou: “O que é que esse homem tem na cabeça?” e, com um risinho, respondeu: “nada, nada que se aproveite”.

Serralheiro artístico, soldador, arteção, Cosme Franco trabalhou na Villares há alguns anos e foi demitido por motivos políticos. Hoje cuida de uma banca de bijuterias artesanais na Praça da Sé, e, junto com outra companheira, tenta conseguir uma licença para o ponto, mas está muito difícil porque “é muita política”. Quanto ao lucro da banca, Cosme respondeu: “você come mal e mal, mas come”.

“Os índios nunca votam. Viemos para a cidade para vender nosso trabalho, pra sustentar nossos filhos, não para roubar. Mas uma vez o fiscal levou tudo”, é o que conta Valdomiro da Silva, de 39 anos, índio tupi-guarani da Aldeia da Barragem (Região de Parelheiros, Zona Sul). Segundo ele, a venda de artesanato indígena é a prin-

cipal fonte de sustento de sua aldeia, apesar das pequenas lavouras de milho, feijão, batata-doce e mandioca que cultivam, e lamenta: “a Funai não faz nada para nós”.

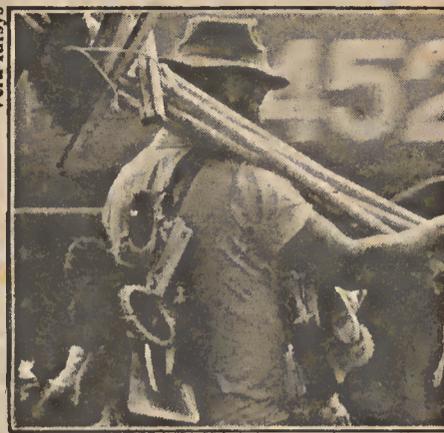
“Direito Adquirido”

A exigência do atestado de pobreza para a concessão de carteira de passageiros especial — passe gratuito — para as pessoas com idade superior a 65 anos é outra medida que tem causado revolta, pois os idosos a consideram “uma humilhação”. Aqui também a indignação é unânime.

D. Nena, 68 anos, diz que “Jânio não deveria ter tomado essa iniciativa”, pois, com isso, “ele vai ganhar o descrédito dos que, como eu, votamos nele”.

D. Maria Aparecida, com 66 anos, aposentada pelo INPS, afirma que o passe do idoso é “um direito adquirido” pois “a renda da aposentadoria é muito baixa (Cr\$ 900.000)” e, assim, o passe gratuito “faria parte da aposentadoria como um benefício”.

Quando foi entrevistada, D. Carolina, 73 anos, estava acertando alguns detalhes de sua mudança para um cômodo na Rua Direita. Até então morava com a família, mas agora “terá que arrumar qualquer coisa para poder so-



Jânio manda reprimir marreteiros.

breviver”, pois não tem nenhum tipo de rendimento. Hoje, D. Carolina possui a carteira de passageiro especial e precisa desse passe gratuito, mas se sente humilhada com a exigência do atestado de pobreza: “já pagamos mais do que vamos desfrutar”, afirma, “nós (os idosos) temos pouco tempo de vida e, além disso, as empresas perdem muito pouco com a concessão do passe gratuito”, diz ela.

Segundo informações prestadas pela CMTC, desde dezembro de 83 foram emitidas aproximadamente 260 mil

carteiras de passageiro especial, a maior parte das quais não utilizada diariamente, sendo que muitas outras já foram inutilizadas, ou por invalidez ou por morte. (O movimento normal dos ônibus urbanos é de 180 milhões de passageiros por mês). Um funcionário, que pediu para não ser identificado, revelou que “embora a empresa não tenha o controle da utilização das carteiras, o passe gratuito para o idoso não está onerando o sistema de transportes, de forma significativa”.

A resposta de Jânio aos pedidos de revogação da exigência do atestado de pobreza foi a expulsão de seu gabinete os representantes dos idosos, com a seguinte afirmação inflamada: “não sou um prefeito de velhos”.

Os ataques do prefeito aos idosos não se restringem, contudo, ao passe gratuito. Com a extinção da Paulistur, a Praça Doce e a Praça do Salgado — eventos organizados por essa empresa com o patrocínio de capital privado — deixaram de existir por enquanto, tendo seu futuro ainda não definido. Desse eventos participavam “doceiros” de mais de 50 anos que, por vezes, tinham na venda de seus quitutes durante os fins de semana sua única fonte de renda e de lazer.

Funcionalismo, alvo do prefeito



Eduardo Jorge: Montoro ainda não puniu agressores

O funcionalismo público vive um clima de insegurança, desde o início de janeiro, ao serem publicadas as primeiras listas de demitidos pelo prefeito Jânio Quadros, cumprindo parte de sua promessa de “por na rua” 20.000 servidores contratados ou admitidos na gestão Mário Covas (83/85).

A grande maioria dos que foram até agora notificados do aviso prévio são operacionais, auxiliares e atendentes de enfermagem, funcionários administrativos, enfim, trabalhadores que movem a máquina administrativa e assistencial. Os altos escalões da direção e da assessoria mantêm-se inalterados.

Repressão aos servidores

No início do ano, cerca de mil funcionários públicos municipais de São Paulo organizaram uma concentração em frente à sede da Prefeitura no parque do Ibirapuera. O protesto era contra as 6 mil demissões determinadas naquele período por Jânio Quadros. Na ocasião, o prefeito se negou a conceder audiência aos manifestantes e alguns parlamentares tentaram entrar por uma porta lateral, sendo impedidos e

fortemente agredidos por policiais militares do 12º Batalhão da PM (estadual) e que foram convocados por Jânio para reforçar a segurança da Prefeitura. Entre os parlamentares presentes à concentração, estavam Anísio Batista, Ireda Cardoso, Luiza Erundina, João Carlos Alves, Cláudio Barroso e Eduardo Jorge, do PT. Uma sindicância foi instaurada pela PM, a pedido do governador, mas até agora não “descobriu” nada, como geralmente tem ocorrido nestes casos que envolvem violência policial (quem não se lembra de Guariba?). De lá para cá houve várias manifestações regionais dos funcionários, audiência com prefeito e o governador de São Paulo. Jânio foi forçado a alguns recuos. Teve que readmitir lideranças que havia demitido em represália ao movimento, mas a ameaça continua para os 6 mil funcionários que até o momento receberam notificação de dispensa. Ele apenas prorrogou o prazo das demissões para o dia 31 de março próximo.

Omissão de Mário Covas

Segundo Walter Takemoto, presidente da Associação dos Servidores das

Fabes e participante do Comando Unificado do Funcionalismo Municipal, a briga vem desde a administração Mário Covas. Em 1983, os Servidores Municipais entregaram ao ex-prefeito uma pauta de reivindicações onde constava estabilidade de emprego para todos os servidores apenas através de Concurso Público. Também, desde 83, já reivindicavam a estabilidade no emprego para todos os dirigentes de entidades, e o reconhecimento, por parte da administração, do caráter Sindical da Associação dos Funcionários.

O Prefeito Mário Covas se comprometeu a encaminhar à Câmara Municipal uma proposta de decreto que daria dispensa sindical e a estabilidade no emprego para os dirigentes das entidades. Esta proposta foi aprovada pela Secretaria Municipal da administração, mas o prefeito, na época, não cumpriu a promessa de encaminhá-la à Câmara. Assim como não revogou a lei 9.160 criada no governo Reynaldo de Barros em 1980, e que permite que funcionários admitidos em caráter temporário possam ser demitidos a qualquer momento por conveniência da administração. Além de não atender a reivindicação de estabilidade no emprego, Covas também não criou a obrigatoriedade de contratação por concurso público.

Segundo Walter, todas estas omissões relativas à administração anterior permitem os abusos da atual. “Jânio Quadros está utilizando esta lei 9.160 para exonerar os funcionários”, diz ele. E continua: “A perseguição política de hoje já existia no governo Mário Covas. É o caso, por exemplo, da demissão de 5 diretoras de creches sob alegação de que apoiaram a greve das pajens, embora tenha mantido em seus cargos diretoras que haviam sido colocadas no governo PDS”.